

A EDUCAÇÃO E AS LENTES DA HISTÓRIA

Iraíde Marques de Freitas BARREIRO

Resenha de VIDAL, Gonçalves Diana; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. São Paulo: Autores Associados, 2005, 139p. (Coleção Memória da Educação)

O livro em epígrafe compõe-se de três capítulos originalmente publicados distintamente como artigos para atender a outras solicitações acadêmicas. A obra torna pública a paixão dos autores em “narrar a educação brasileira através das lentes da história” por apresentar e analisar um extenso levantamento de obras e documentos, o que a torna uma referência importante para historiadores, educadores e pesquisadores da educação. Por meio da metáfora da lente, a análise e interpretação do objeto de estudo pelos autores o tornam transparente ao se elucidarem os acontecimentos e resgatar-se a história da educação de forma viva para, inclusive, lançar luzes e entendimentos sobre a educação atual. O deslocamento sucessivo da lente nos movimentos horizontal e vertical é feito para contemplar a territorialidade, a temporalidade e as vertentes analíticas de cada um dos capítulos.

O capítulo primeiro, intitulado “Reescrevendo a história do ensino primário: o centenário da lei de 1827 e as reformas Francisco Campos e Fernando de Azevedo”, tem como foco o estudo das reformas educativas nos anos de 1920 no Rio de Janeiro, então capital da república brasileira, e em Minas Gerais, no contexto das comemorações do Centenário da Lei do Ensino Primário brasileiro. Aqui as lentes se atêm às vertentes analíticas que melhor possam comparar as duas realidades, tendo como limite temporal o ano de 1927, quando em 15 de outubro Francisco Campos promulga a reforma do ensino primário, técnico-profissional e normal em Minas Gerais, e, no dia 22 do mesmo mês, Fernando de Azevedo apresenta anteprojeto para os mesmos níveis de ensino no Distrito Federal. Nesta análise os autores do livro objetivam perceber como os ideais escolanovistas foram materializando-se em discursos e práticas nas duas localidades a fim de se compreender as apropriações operadas nos modelos e nas teorias educativas pelos educadores e pelos sistemas educacionais que administravam. É importante acrescentar que esse período acolhe expressivamente o movimento de valorização da educação como forma de reconstrução social, que mobilizava a Europa e os EUA, então sob a influência da Escola Nova, o que norteará o Manifesto dos Pioneiros da educação, publicado em 1932, de que Fernando de Azevedo era relator.

Apesar da comemoração do centenário do ensino primário, as duas reformas enfatizam a situação educacional caótica do país. Fernando de Azevedo projetava um novo discurso para a educação pública a fim de romper com as iniciativas anteriores, fundamentando-se em conhecimentos científicos e pedagógicos. Já a reforma mineira, apesar de manter o tom crítico,

não propunha uma ruptura com a tradição e com o passado educacional, vivendo o dilema de distanciar-se ou não dos ideais da escola-nova, vivenciado por educadores católicos e liberais no campo educacional.

Valendo-se de notícias publicadas nos jornais do Rio de Janeiro e Belo Horizonte e da Revista Ensino, editada pela Diretoria de Instrução Minas de Gerais, diretriz na formação de professores, os autores do livro em pauta apresentam ilustrações e discutem artigos publicados que expressavam a concepção de educação e de escola da época. Recuperam o processo de aprendizagem da leitura e da escrita em um momento em que os livros eram escassos, cabendo aos mestres adquirirem ou comprarem cartas de negociantes e autos antigos dos escrivães, como recursos pedagógicos para o aprendizado da escrita e da leitura. A capa da Revista comemorativa do centenário do ensino primário traz uma gravura (reconstituição de Wolffe) da escola régia que, dentre outros detalhes, mostra um aluno de castigo, ajoelhado e com “orelhas de burro” em uma das janelas da escola, estigma ainda presente em nossos dias para designar dificuldades de aprendizagem, usado tanto pelos alunos, quanto por professores, mesmo que reservadamente.

O capítulo II, intitulado “Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil”, busca compreender como esses elementos foram concebidos e desenvolvidos no processo de edificação das escolas primárias como parte do movimento de conformação do sistema educativo do Brasil, que emerge no século XVIII e chega até os séculos XIX e XX. Organizado em três tópicos, o capítulo “busca demarcar três grandes momentos da história da escola primária no Brasil, definidos com base no lugar físico-arquitetônico ocupado pela escola, bem como nas temporalidades múltiplas nela vivenciadas” (p. 44). O primeiro tópico, denominado Casas-escola (séculos XVII e XIX), recupera espaços da escolarização no período colonial, em que as casas de famílias e dos próprios professores ao lado dos prédios públicos ou comerciais, constituíam-se em espaços escolares, com pouca participação do Estado. As poucas escolas construídas, sobretudo a partir do século XVIII, eram freqüentadas por crianças e jovens abastados e proibidas às negras, até mesmo na segunda metade do século. Somente a partir da segunda década do século XIX e após a Independência, a questão do espaço para abrigar a educação pública entra em debate. Devido aos seus custos, o governo central deixa às províncias tal incumbência de modo que, em 1870, a precariedade e a pobreza escolar eram grandes. Em 1876 é inaugurado o primeiro prédio escolar no Largo do Arouche, em São Paulo, sendo que nas décadas de 20 e 30 a construção de tais espaços já passa a ser reclamada pelas capitais e unidades da Federação.

A partir da última década do século XIX começam a ser construídos os grupos escolares, escolas-monumentos, identificados como espaços da esfera governamental dedicados ao ensino, expressão do rompimento com o passado imperial. A organização e funcionamento deles, a disposição das carteiras, o sinal da campanha para indicar o intervalo

entre as aulas, as definições dos períodos de aula e a posição da mesa da professora compunham o quadro de inovações. As escolas funcionais, designadas como o terceiro momento da educação primária, ocorrem nas décadas de 20 e 30 do século XX, com a redefinição de velhos edifícios e construção de novos espaços arquitetônicos. Ao assumir a Diretoria Geral da Instrução Pública do Distrito Federal (RJ), Fernando de Azevedo adota o padrão de construção neocolonial, de excelência, a fim de atender às necessidades pedagógicas da Escola Nova, tais como amplos ambientes agradáveis, bibliotecas, museus, abolição das carteiras fixas, redefinição dos espaços internos, “tudo para favorecer o interesse psicológico dos alunos e seu aprendizado”.

O capítulo III, intitulado “História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo e sua configuração atual”, tem como primado a discussão historiográfica, no sentido de se conhecer as formas pelas quais se foi tecendo o entendimento sobre a escrita da história da educação no Brasil e pelos ditames da disciplina história da educação. Na perspectiva de uma mesoabordagem, analisa-se o período de 1870 a 2000, dividido em três vertentes. A primeira levanta e analisa a trajetória da escrita da história da educação a partir das publicações, editadas a partir de 1867, de autores vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da organização documental do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), que publica, em 1942, uma série de 11 volumes sobre a temática. A segunda refere-se à introdução da disciplina História da Educação no currículo da Escola Normal do Rio de Janeiro em 1928, como parte de um conjunto de ações promovidas a partir de 1927 por Fernando de Azevedo ao reformular a instrução pública no Distrito Federal, de acordo com o ideal da escola nova. Com levantamento dos primeiros docentes vinculados a essa disciplina e de obras publicadas a partir de 1933 que versam sobre a disciplina História da Educação, sua concepção e a sua função na grade curricular, os autores descrevem e analisam esse período. A última vertente delinea o panorama da historiografia recente sobre a história da educação a partir da publicação de livros, da realização de congressos e da organização de grupos de estudos pertencentes a entidades científicas. Analisa obras publicadas desde 1940, como *A cultura brasileira*, de Fernando de Azevedo, chegando até o ano de 2000, ao apresentar temas e autores mais citados em publicações, congressos, teses e trabalhos científicos na contemporaneidade.

Enfim, este livro, ao recuperar a trajetória da educação brasileira, desloca as lupas para a atualidade, aguça nossos olhares e leituras com vistas a evidenciar as deficiências atuais da educação, levando-nos a pensar que as mesmas nem sempre se explicam somente pelo que não se faz no momento, mas pelo que não se fez no passado, bem como pela manutenção de seculares práticas excludentes.